O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 08/11/2022 - 06:00

Câmara pressiona Lula com pauta que pode custar R$ 100 bi

TRANSIÇÃO Orçamento em negociação

‘Pauta-bomba’ de mais de R$ 100 bi na Câmara pressiona governo eleito

Com a reeleição de Lira em jogo, dois projetos engatilhados para votação neste ano podem abrir um rombo na arrecadação da União, de Estados e de municípios em 2023

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados está com uma “pauta-bomba” engatilhada até o final do ano que pode tirar mais de R$ 100 bilhões de arrecadação do Orçamento da União, dos Estados e dos municípios em 2023. São dois projetos, cuja possibilidade de votação é vista, entre aliados de Luiz Inácio Lula da Silva, como mais uma forma de pressão no governo eleito. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em busca de reeleição em fevereiro, quer o apoio do PT.

Lira também quer manter – e até mesmo ampliar – o orçamento secreto, esquema revelado pelo **Estadão** que consiste na transferência de verba a parlamentares sem critérios em troca de apoio político.

O risco de votação impõe ao governo eleito o ônus de ter de negociar com Lira, assim como ocorre com a PEC da Transição, que inclui até R$ 200 bilhões fora do teto de gastos (que atrela o crescimento das despesas à inflação) para bancar, entre outros, o Bolsa Família de R$ 600 em 2023.

Um dos projetos eleva os limites para enquadramento de microempreendedores individuais (MEIs) e empresas pelo Simples Nacional, o que pode levar a uma perda anual de R$ 66 bilhões em tributos. O cálculo foi apresentado em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação pela Receita Federal, que se posicionou contra o projeto.

O segundo projeto trata da correção de R$ 1,9 mil para R$ 5,2 mil da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), tributo cuja arrecadação também é dividida pela União com Estados e municípios. A alteração pode superar R$ 30 bilhões, a depender da forma de ajuste da tabela.

O cálculo da perda de R$ 30 bilhões circula nas discussões do Orçamento de 2023, mas simulações feitas com a isenção de R$ 5 mil apontam uma perda de receita de R$ 60 bilhões a R$ 120 bilhões, dependendo das novas faixas e da criação de nova alíquota de 35%. Metade do impacto cairia no colo de governadores e prefeitos.

O relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro, calculou, em entrevista ao **Estadão** na semana passada, uma perda de R$ 21,5 bilhões para o Orçamento da União com a mudança no IR. A conta não considera a perda de receita para Estados e municípios.

A discussão da correção da faixa de isenção não é de interesse do governo eleito agora. Mas o projeto do deputado Danilo Forte (União Brasil – CE), aliado do presidente da Câmara, com correção da faixa para R$ 5,2 mil, entrou na lista de prioridades. O projeto foi apresentado em agosto em linha com as promessas do presidente eleito Lula e do presidente Jair Bolsonaro, que na campanha prometeram a corrigir a tabela para 2023.

MANIFESTO. Dez associações, incluindo Frente Nacional dos Prefeitos, Comsefaz (secretários estaduais de Fazenda), Abrasf (secretarias de finanças das capitais) e entidades ligadas aos auditores fiscais, divulgaram ontem o manifesto “Diga NÃO ao PLP 108/21!”, que trata da mudança dos limites de enquadramento das empresas do Simples e do MEI. “Não bastasse o rombo fiscal de R$ 400 bilhões que já está sendo deixado para o próximo ano, a Câmara discute ampliar o déficit primário com o PLP 108/2021. A irresponsabilidade fiscal coloca em risco a manutenção dos serviços públicos essenciais à população como saúde, educação e segurança pública”, destaca a nota com o manifesto.

Segundo a nota, diferentemente do que pretende o relator, deputado Darci de Matos (PSD-SC), o projeto não incentivará a formalização e permitirá, na prática, o enquadramento de empresas de maior capacidade econômica no Simples Nacional, que deveria ser restrito a empresas menores. Com o Simples, as empresas pagam menos tributos. A preocupação é de que esse projeto incentive a prática de grandes empresas utilizarem de forma ilusória mais de um CNPJ para não mudar de modelo contributivo, uma forma de evadir tributos e retirar recursos dos serviços públicos.

Indiferente aos argumentos da Receita, de Estados e de municípios, o presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), Marco Bertaiolli (PSD-SP), prepara uma mobilização no Congresso para hoje, quando é esperada a chegada do presidente eleito em Brasília. O projeto já vem sendo discutido há meses, mas Lira deixou para depois da eleição a definição da votação no caso de a frente conseguir os votos para aprovação. ●

Decisão sobre custeio é ‘política’, diz Dantas, na presidência do TCU

O presidente em exercício do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, afirmou ontem que a discussão sobre a forma de custeio de benefícios sociais pelo próximo governo é “eminentemente política”. Ele disse que o Tribunal ainda não foi consultado a este respeito, embora esteja preparado para responder.

Dantas falou a jornalistas na abertura da assembleia-geral das instituições superiores de controle, no Rio de Janeiro.

“A discussão sobre a fonte, de que maneira esses benefícios sociais vão ser custeados, é uma decisão eminentemente política. Não cabe ao TCU dizer se será por emenda constitucional ou crédito extraordinário”, disse ele. “O que nós podemos fazer é, se chegar a consulta, responder. E o que eu tenho dito é que já houve consultados, no passado, sobre as hipóteses constitucionais de cabimento de crédito extraordinário. Basta olhar a jurisprudência do TCU. A escolha compete ao governo que venceu a eleição e ao Congresso Nacional. O TCU pode responder a uma consulta, caso chegue.” ● GABRIEL VASCONCELOS

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios **Caderno:** B **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.